Desigualdades No Acesso A Programas De Atividade Física No SUS

Autor(res)

João Vagner Cavalari
Alan Carlos Cararo

Categoria do Trabalho

1

Instituição

UNOPAR / ANHANGUERA - ARAPONGAS

Introdução

A prática regular de atividade física é reconhecida como estratégia fundamental para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs). No Brasil, o Programa Academia da Saúde (PAS), instituído em 2011 pelo Sistema Único de Saúde (SUS), visa promover acesso gratuito a atividades físicas supervisionadas. Contudo, persistem desigualdades significativas na oferta e adesão a esses programas, influenciadas por fatores socioeconômicos, geográficos e culturais. Estudos demonstram que regiões metropolitanas concentram maior infraestrutura e profissionais qualificados, enquanto áreas rurais e periféricas enfrentam escassez de recursos. Adicionalmente, barreiras como baixa escolaridade, falta de informação e dificuldades de deslocamento limitam a participação de grupos vulneráveis. Esta pesquisa busca analisar tais disparidades, contribuindo para o debate sobre equidade nas políticas públicas de promoção da saúde.

Objetivo

Este estudo tem como objetivo identificar os principais fatores que limitam o acesso a programas de atividade física no SUS, com ênfase em desigualdades regionais, socioeconômicas e culturais. Além disso, propor estratégias para ampliar a inclusão, baseadas em evidências científicas e experiências municipais bem-sucedidas.

Material e Métodos

Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, abrangendo artigos científicos (SciELO, PubMed), relatórios do Ministério da Saúde e dados secundários de municípios com programas estruturados (2013-2023). Os descritores utilizados foram: "desigualdade no acesso", "atividade física no SUS" e "Programa Academia da Saúde". Foram incluídos estudos que abordassem barreiras de acesso, eficácia de intervenções e perfil sociodemográfico dos usuários. A análise qualitativa seguiu o método de categorização temática.

Resultados e Discussão

Os resultados evidenciaram três eixos de desigualdade:

1. Geográfica: 78% dos polos do PAS estão em regiões urbanas desenvolvidas (MS/2023), enquanto áreas rurais têm cobertura inferior a 15%.
2. Estrutural: Municípios com IDHM baixo (<0.6) têm 3 vezes menos profissionais de educação física no SUS que regiões com IDHM alto (>0.8).

Anais do 1o Encontro Científico da Saúde. Arapongas, Paraná, 2025. Anais [...]. Londrina Editora Científica, 2025.
ISBN 978-65-01-54084-9

3. Sociocultural: Populações de baixa renda, mulheres e idosos enfrentam barreiras como insegurança em espaços públicos (42% dos casos) e falta de atividades adaptadas (SILVA; SANTOS, 2022).

Municípios maiores, especialmente em regiões metropolitanas, oferecem mais programas, infraestrutura e profissionais capacitados. Já cidades pequenas e áreas rurais enfrentam limitações por falta de investimentos e espaços adequados.

A formação dos profissionais é essencial. Apesar da expansão no SUS, a distribuição desigual dificulta a oferta de atividades em algumas localidades. A falta de divulgação e conscientização sobre os programas também compromete a adesão.

Barreiras socioculturais impactam as populações vulneráveis: deslocamento difícil, longas jornadas de trabalho e outras prioridades reduzem a participação, sobretudo entre mulheres e idosos.

Mesmo assim, algumas iniciativas se destacam, como parcerias com instituições comunitárias, uso de espaços públicos e ações educativas em saúde.

Conclusão

As desigualdades no acesso a programas de atividade física no SUS evidenciam desafios estruturais e sociais que comprometem a promoção da saúde. A oferta irregular, a falta de profissionais capacitados e a baixa acessibilidade em áreas periféricas limitam o alcance dos benefícios. Aspectos socioeconômicos e culturais também dificultam a adesão, exigindo estratégias mais inclusivas.

Para enfrentar essas barreiras, é crucial ampliar o financiamento, melhorar a infraestrutura e capacitar os profissionais. A integração entre saúde, educação e assistência social pode potencializar os resultados, promovendo equidade e qualidade de vida. Políticas públicas bem planejadas e ações contínuas são essenciais para tornar a atividade física acessível a todos.

Referências

SILVA, M. A.; SANTOS, R. B. Desafios na implementação de programas de atividade física no SUS. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 4, p. 1-12, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/CJfPgsKtxtJGcP8HX5kWg9L.

CARVALHO, T. et al. Importância da atividade física na prevenção de doenças crônicas. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 25, n. 2, p. 123-130, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/BYgkj4NhRWPqYtNFsXz4wBL.

SOUZA, P. F.; OLIVEIRA, J. R. Desigualdade no acesso a serviços de saúde: um olhar sobre a promoção da atividade física. Revista Brasileira de Saúde Coletiva, v. 28, n. 3, p. 321-337, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/s3Qg4XDt5hx89M6FfMZhVsL.

ISBN 978-65-01-54084-9